

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.195.952 - SC (2017/0280991-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : JOSUÉ DA MAIA
ADVOGADOS : LUIS EDUARDO PEREIRA SANCHES E OUTRO(S) - PR039162
TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH -
PR035463
RUI FERRAZ PACIORNIK - PR034933
ELOIR FRANCISCO MILANO DA SILVA - SC031051
GABRIELA GUEDES PINTO DA SILVA - SC036318
AGRAVADO : ADM DO BRASIL LTDA
AGRAVADO : GLOBAL LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA
ADVOGADOS : CARLA PADILHA SOARES E OUTRO(S) - RJ159225
FABIO ALEXANDRE DE MEDEIROS TORRES - SC040913
SOC. de ADV. : FABIO TORRES & ASSOCIADOS ADVOCACIA
EMPRESARIAL

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por JOSUÉ DA MAIA contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (e-STJ, fls. 899):

APELAÇÃO CÍVEL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. NUVEM TÓXICA. - IMPROCEDÊNCIA NA ORIGEM. PRELIMINARES. (1) EMENDA. EXORDIAL SEM EIVAS.

- Estando a petição inicial em sintonia com os ditames do art. 282 do Código de Processo Civil de 1973, com clara narrativa dos fatos e conclusão, causa de pedir e pedidos definidos, não há que se falar em emenda ou complementação da peça.

(2) JULGAMENTO ANTECIPADO. CERCEAMENTO. NÃO CONFIGURAÇÃO.

- Não há cerceamento de defesa quando o magistrado, destinatário final da prova, verificando suficientemente instruído o processo e embasando-se em elementos de prova e fundamentação bastantes, ante o princípio da persuasão racional, entende desnecessária a dilação probatória e julga antecipadamente a lide, sobretudo se a parte deixa de formular requerimento de produção de provas e nas oportunidades posteriores não autua o documento pertinente.

- Hipótese, ademais, que, nas circunstâncias, diz com o próprio fato constitutivo.

(3) MÉRITO. DANO MORAL. COMBUSTÃO. INCÊNDIO. EVACUAÇÃO DE ÁREAS E ABRIGAMENTO. RESIDÊNCIA EM ÁREA ATINGIDA. NÃO COMPROVAÇÃO. DEVER DE INDENIZAR AUSENTE. DESACOLHIMENTO. ENTENDIMENTO DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL.

- De acordo com precedente desta Corte, n[...] inexistindo prova de que a parte autora residia na área afetada pela fu- maça contendo resíduos

químicos e dando-se por certo que lhe competia demonstrar a existência dos fatos constitutivos de seu direito, consoante o a dicção do art. 333, inciso 1, do Código de Processo Civil, impossível se torna o acolhimento do pleito indenizatório." (TJSC, AC 2016.004497-7, rel. Des. Marcus Túlio Sartorato, j. em 23.02.2016).

- Adicione-se que a parte autora, repetidas vezes, deixa certa a causa de pedir consistente no fato de residir e ser domiciliada em bairro atingido pela nuvem tóxica.

SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, estes restaram rejeitados (e-STJ, fls. 928-941)

Nas razões do especial (e-STJ, fls. 943-975), a parte recorrente sustentou:

a) a impossibilidade de julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355 do Código de Processo Civil, quando há necessidade de produção de provas para esclarecer questão de direito e de fato;

b) o direito à ampla dilação probatória;

c) a validade de prova testemunhal e outros meios de prova para comprovação da residência em determinada localidade;

d) a possibilidade de juntada de documento "não dispensável" em qualquer momento do processo, inclusive em segundo grau de jurisdição.

Em sede de juízo provisório de admissibilidade, o Tribunal local negou seguimento ao recurso especial, o que ensejou o manejo do presente agravo, buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não deve ser conhecido.

1. Com efeito, à luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, deve a parte recorrente impugnar especificamente os fundamentos suficientes para manter o *decisum* hostilizado, de maneira a demonstrar que o julgamento proferido merece ser modificado, ou seja, não basta que faça alegações genéricas em sentido contrário às afirmações do julgado contra o qual se insurge, deve especificamente infirmar a fundamentação utilizada.

No caso, o recurso especial não foi admitido nos seguintes termos (e-STJ, fl. 999-1003):

O recurso especial não pode ser admitido pela alínea 'a' do permissivo constitucional, **porque encontra óbice no enunciado da Súmula n. 284, do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia, haja vista que a recorrente não apontou, de forma clara e indubitosa, quais dispositivos infraconstitucionais teriam sido supostamente violados pelo acórdão recorrido.**

(...)

De igual modo, não prospera o reclamo **pela alínea "c"** do permissivo constitucional, no que se refere à análise das teses recursais arguidas por meio dos dissensos jurisprudenciais (cerceamento de defesa; dilação probatória; e dispensabilidade, ou não, da prova documental de residência), por vedação da Súmula n. 284, do Supremo Tribunal Federal, aplicável de forma análoga.

A parte recorrente não demonstrou a ocorrência de divergência jurisprudencial nos moldes exigidos pelo art. 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015, com a indicação dos dispositivos legais objetos dos dissídios e o indispensável cotejo analítico entre os julgados ditos dissidentes, a fim de demonstrar a similitude fática entre eles, o que inviabiliza a exata compreensão da controvérsia.

(...)

Não fora isso, ainda que fosse possível mitigar requisito formal de admissibilidade, **o reexame das alegadas divergências jurisprudenciais exigiria o revolvimento de matéria de prova, o que é inviável na via do recurso especial, como prevê o enunciado da Súmula n. 7, do Superior Tribunal de Justiça.** Isso porque a Câmara Julgadora concluiu que não está comprovado o liame causal entre o fato (fumaça tóxica decorrente de combustão de fertilizante) e o dano (desocupação compulsória do imóvel onde alegava residir), pressuposto imprescindível à configuração de danos morais indenizáveis.

Em suas razões de agravo, a parte agravante sequer mencionou a Súmula 284/ STF, refutou genericamente o óbice da Súmula 7/STJ e limitou-se a reproduzir as razões do recurso especial.

Ademais, "Nesse contexto, na hipótese em que se pretende impugnar, no agravo em recurso especial, a incidência da Súmula 7 do STJ, deve a agravante não apenas mencionar que o referido enunciado deve ser afastado, mas também rebater, de maneira consistente, os fundamentos da decisão de admissibilidade e demonstrar que a solução da controvérsia independe do reexame dos elementos de convicção dos autos, avaliados pelas instâncias ordinárias, o que não foi feito." (AgInt no AREsp 1097465/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 10/10/2017).

Tal conduta contraria a previsão dos arts. 932, III, do CPC/15 e 253, parágrafo único, I, do RISTJ:

Art. 932. Incumbe ao relator:

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

(...)

Art. 253. O agravo interposto de decisão que não admitiu o recurso especial obedecerá, no Tribunal de origem, às normas da legislação processual vigente.

Parágrafo único. Distribuído o agravo e ouvido, se necessário, o Ministério

Público no prazo de cinco dias, o relator poderá:

I - não conhecer do agravo inadmissível, prejudicado ou daquele que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida;

Logo, uma vez que o objeto do agravo é diverso do pretendido do recurso especial, a falta de ataque específico a fundamentos da decisão agravada encontra óbice no art. 932, III, do NCPC (art. 544, § 4º, I, CPC/73), não sendo suficiente para o seu conhecimento a simples reiteração dos fundamentos trazidos no especial.

Assim, inafastável a incidência da Súmula 182 do STJ: *"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."*

Nesse sentido, os recentes julgados da Corte Especial deste Tribunal: EAREsp n.701404 / SC, EAREsp n. 746775 / PR e EAREsp n. 831326 / SP

A propósito:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CPC/2015. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ARTS. 932, INCISO III, E 1.021, § 1º, DO CPC/2015. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. APLICAÇÃO DE MULTA.

1. Positivação do princípio da dialeticidade no sistema recursal brasileiro, conforme se depreende do art. 932, inciso III, do CPC/2015.

2. Inadmissibilidade do agravo interno cujas razões não se mostram suficientes para impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada (cf. art. 1.021, § 1º, do CPC/2015).

(...)

4. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO, COM APLICAÇÃO DE MULTA.

(AgInt no REsp 1387697/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 16/08/2016)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS, MATERIAIS E LUCROS CESSANTES - DECISÃO MONOCRÁTICA DA LAVRA DO EMINENTE PRESIDENTE DO STJ QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO EM VIRTUDE DA INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DO ENUNCIADO N. 182 DA SÚMULA DESTA STJ.

IRRESIGNAÇÃO DA RÉ.

1. É cediço que a ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão que nega seguimento ao recurso especial atrai a incidência do art. 932, III, do CPC/2015 (revogado art. 544, § 4º, I, do CPC/1973), e a aplicação, por analogia, do Enunciado n. 182 da Súmula do STJ. Precedentes.

(...)

(AgInt no AREsp 872.552/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 02/08/2016, DJe 17/08/2016)

2. Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo Civil c/c Súmula 182/STJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

